

A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual

escola

Como a Escola Pode Participar da Prevenção da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

"A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade". (Abrapia, 2002).

Sugerimos três eixos de ações, através das quais a escola pode participar da prevenção das ocorrências de violência sexual. O primeiro é informar a comunidade escolar sobre o assunto. Esse processo informativo deve integrar preferencialmente o programa de educação para a saúde sexual na escola. O segundo é criar na escola um ambiente que inclua verdadeiramente as crianças vistas como "diferentes" por seus colegas e professores e as que são rejeitados pelo grupo. O terceiro é realizar um trabalho preventivo com os pais dos alunos da escola, principalmente com famílias de crianças "em situação de risco."

Crianças em situação de risco. Crianças marcadas pela pobreza estrutural, característica de uma sociedade com profundas divisões de classe e de iníqua distribuição de riqueza. As crianças em situação de risco sofrem exclusão social, educacional e de cidadania, determinadas também pelas desigualdades sociais, regionais e raciais (ANDI, 2003).

Desenvolvendo um Programa de Educação para a Saúde Sexual com Toda a Comunidade Escolar

A prevenção da violência sexual contra crianças e adolescente deve acontecer no contexto de um trabalho educativo global enfocando a educação para saúde sexual, seja ele realizado em casa, na escola ou numa entidade social. A sexualidade da criança e do adolescente precisa desenvolver-se num ambiente propício para que venham a ter uma vida sexual saudável e feliz. A prevenção e o cuidado em relação à violência sexual não podem transformar-se em medo de sexo (A REDE; Abrapia, 1997).



A sexualidade ainda é tratada como tabu, por isso mesmo, as campanhas de educação para saúde sexual devem ser estrategicamente preparadas antes de serem implementadas. É preciso, no mínimo, compreender, a sexualidade infanto-juvenil para se entender o significado da violência sexual e elaborar estratégias para seu enfrentamento. As descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil provocaram grande espanto na sociedade conservadora do final do século XIX, visto que, até aquela época, a criança era vista como símbolo de pureza, um ser assexuado. Ao longo dos tempos, a sociedade vem, pouco a pouco, se familiarizando com as diferentes formas de expressão da sexualidade infantil e as compreendendo (Hazeu 2004). Saber a hora e a melhor maneira de falar sobre sexualidade com as crianças e seus pais é muito importante. Conhecer as características de cada fase do crescimento da criança pode ajudar a evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade da criança e do adolescente, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las, e enfrentando a invasão da sexualidade infantil por adultos (Hazeu, 2004).

Veja abaixo algumas dicas sobre a psicopedagogia das idades (adaptado de textos da American Academy of Pediatrics, apud Abrapia, 2002).

- Entre 18 meses e 3 anos, expliique a ele ou ela o nome das partes do corpo.
- Entre 3 e 5 anos, converse com eles sobre as partes íntimas do corpo.
- Após os 5 anos, a criança deve ser bem-orientada sobre sua segurança pessoal e alertada para as principais situações de risco.
- Após os 8 anos, deve ser iniciada a discussão sobre conceitos e regras de conduta sexual aceito pela família e ministradas informações básicas sobre reprodução humana.

Hoje já existem bons materiais didáticos que podem ajudar as escolas nessa tarefa, como o Guia de Orientação Sexual – Diretrizes e Metodologia, elaborado pelo Fórum Nacional de Educação e Sexualidade e publicado pela Casa do Psicólogo em 1994.

À medida que você lê essa primeira parte do Guia, procure ter em mente quais seriam as formas mais didáticas de utilizar essas informações em reuniões de professores e encontros pedagógicos, na sala de aula com os alunos e em reuniões de pais.

Informando a Comunidade Escolar sobre a Realidade da Violência Sexual

"Dar continuidade à Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, estimulando o lançamento de campanhas estaduais e municipais que visem a modificar concepções, práticas e atitudes que estigmatizam a criança e o adolescente em situação de violência sexual, utilizando como marco conceitual o ECA e as normas internacionais pertinentes, e levando em consideração o direito ao desenvolvimento sexual saudável" (Programa Nacional de Direitos Humanos, artigo 141). A violência sexual ocorre no mundo todo. No Brasil faltam pesquisas nacionais especializadas sobre esse tipo de violência. No entanto, trabalho realizado por órgãos do governo e organizações não-governamentais, em vários estados brasileiros, vem demonstrando que a violência sexual aqui é tão freqüente quanto nos chamados países desenvolvidos.

- A primeira forma de maus-tratos contra crianças e adolescentes é a agressão física (FGFES, Julho 2002, CRAMI, 2003). O abuso sexual é a segunda forma mais recorrente.
- Estima-se que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia ou 7 a cada hora (Abrapia, 2002).
- A grande maioria das crianças abusadas é composta por meninas, na idade entre 7 e 14 anos.
 De acordo com as estimativas, 1 em cada 3 ou 4 meninas brasileiras é abusada sexualmente até a idade de 18 anos. Da mesma forma, 1 entre 6 a 10 meninos é abusado até 18 anos (Azevedo & Guerra, 1997).
- O incesto é uma das manifestações mais perversas da violência sexual. Estudo realizado no ABC paulista registrou que 90% das gestações em jovens com até 14 anos foram fruto de incesto, sendo o autor, na sua maioria, o pai, o tio ou o padrasto (Faculdade Medicina ABC,2001).

Criando na Escola Ambiente que Verdadeiramente Inclua a Criança Diferente

O segundo conjunto de ações preventivas que a escola pode desenvolver é a inclusão de crianças consideradas diferentes ou rejeitadas pelo grupo. Atrás da subjugação da criança ao abuso sexual sofrido em casa ou na vizinhança ou seu silêncio diante dele, normalmente existe uma busca de aceitação e afeto de um ente querido. Muitas crianças abusadas possuíam baixo nível de auto-estima, cresceram isoladas dentro de casa ou na comunidade, se percebendo diferentes das outras, e não recebendo qualquer orientação sexual.

A escola pode desenvolver uma proposta pedagógica inclusiva e respeitosa da diversidade e criar um ambiente que leva as crianças e adolescentes a desenvolverem bom nível de auto-estima e de relações de amizade com seus companheiros. Além de gerar esse ambiente nas escolas, os educadores podem também falar com os pais de seus alunos sobre a importância dessa atmosfera dentro de casa.

Veja o que a Rede Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado do Pernambuco (2003) recomenda como sendo as competências que as crianças devem adquirir para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável – que é uma das melhores formas de prevenção da violência sexual:









Capacidade de formar vínculos de amor

A capacidade de amar de uma pessoa desenvolve-se nos primeiros anos de vida. Crianças bem-tratadas, criadas em um ambiente de segurança e confiança crescem sentindo-se dignas e aprendem a retribuir o afeto. Nesses primeiros anos, a boa relação com os pais ou pessoas mais próximas é fundamental.

Capacidade de iniciar e manter relacionamento social

Durante a infância, a criança desenvolve sua capacidade de interagir com os outros. Essa capacidade adquire-se em maior ou menor grau de acordo com a forma como se dá o relacionamento com os irmãos, pais, parentes, [e coleguinhas nas escolas]. O relacionamento sexual é uma categoria de relacionamento social e também será influenciado pela forma como as questões relativas ao sexo foram tratadas durante o crescimento de uma criança.

Capacidade de desenvolver boa relação com o próprio corpo

Saber respeitar e admirar o próprio corpo durante o desenvolvimento é muito importante para que a criança ou adolescente cresça bem.

Trabalhando com Membros da Família Responsáveis pela Educação das Crianças

Essa é a terceira atividade preventiva que estamos sugerindo às escolas. A escola pode usar a criatividade dos seus educadores para, no trabalho, com os pais de alunos, estimular as famílias, sobretudo as mães, a:

- Manter relação de confiança com as crianças de modo que elas sintam ter um canal aberto de comunicação com a mãe.
- Dispor de tempo para os filhos, ouví-los e acreditar neles por mais absurdo que pareça o que estão contando. Lembre-se: a maioria das crianças não mente sobre a violência sexual ocorrida com elas. O maior ressentimento de muitas crianças abusadas, principalmente meninas, é quando elas resolvem romper o "muro do silêncio," as mães não acreditarem nelas ou acharem que estejam mentindo.
- Construir uma rede social de apoio que ajude a família nas tarefas de proteção da criança, nos
 momentos em que o membro da família, encarregado da educação das crianças, tiver que
 se ausentar do lar. A maioria dos atos de abuso intra e extrafamiliar ocorre quando a criança
 encontra-se a sós com jovens e adultos na própria casa ou na casa de conhecidos.



Conceituando as principais formas de violência contra crianças e adolescentes

Há várias tipificações de violência contra crianças e adolescentes. Podemos dividi-las em dois grandes grupos, ou seja, as que, por falta de políticas públicas, violam os direitos da criança e do adolescente e as que são cometidas por agente agressor em estágio de desenvolvimento físico, psíquico e social mais adiantando. Vamos, portanto, descrever o segundo grupo, enfocando, neste Guia, a violência sexual contra crianças e adolescentes. A despeito da maior parte da literatura sobre a temática que trata os vários tipos de violência sexual de maneira indiferenciada, faremos uma distinção entre abuso sexual e exploração sexual comercial. No primeiro tipo, incluiremos a violência sexual intrafamiliar, a extrafamiliar e em instituições de atendimento. No segundo tipo, incluiremos o trabalho sexual infanto-juvenil não agenciado, o trabalho sexual infanto-juvenil agenciado, o turismo sexual orientado para exploração sexual e o tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Como a ênfase do Guia é o primeiro tipo de violência, conceituaremos, nesta parte do trabalho, apenas o abuso sexual. A exploração sexual será objeto de outro capítulo. Por acreditarmos que o abuso sexual intrafamiliar deve ser entendido em um contexto mais amplo de violência doméstica, dedicaremos a seção seguinte a esse tipo de violência.

Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

É "todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva a coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento." (Azevedo e Guerra, 1998).

Alguns profissionais preferem denominar esse fenômeno sob a terminologia de maustratos, embora atualmente essa definição esteja sujeita a criticas de vários estudiosos porque faz supor que a "maus-tratos" se oporiam "bons-tratos".

Tanto os maus tratos quanto a violência doméstica contra crianças e adolescentes podem ser agrupados em cinco tipos: **negligência**, **abandono**, **violência psicológica**, **violência física e abuso sexual**, como a seguir:

Negligência: é uma forma de violência caracterizada por ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão, em termos de cuidados diários básicos como alimentação, cuidados médicos, vacinas, roupas adequadas, higiene, educação e/ou falta de apoio psicológico e emocional. Normalmente, a falta de cuidados gerais está associada com a falta de apoio emocional e carinho que leva a criança a acreditar que não tem importância para os pais ou que eles não gostam dela (Claves, CRAMI, A REDE; Abrapia, 1997).

A violência psicológica é um conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas a envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente.

A violência física é o uso da força física de forma intencional, não-acidental, por um agente agressor adulto.



A violência sexual consiste não só numa violação à liberdade sexual do outro mais também numa violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Abandono: é uma forma de violência muito semelhante à negligência. Segundo o CLAVES - Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde , ele se caracteriza pela ausência do responsável pela criança ou adolescente na educação e cuidados da criança. O abandono parcial é a ausência temporária dos pais, expondo a criança a situações de risco. O abandono total é o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo.

Violência psicológica: é um conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente. Ela ocorre quando xingamos, rejeitamos, isolamos, aterrorizamos, exigimos demais das crianças e dos adolescentes, ou mesmo, os utilizamos para atender a necessidades dos adultos. Apesar de ser extremamente freqüente, essa modalidade de violência é uma dos mais difíceis de serem identificadas e podem trazer graves danos ao desenvolvimento emocional, físico, sexual e social da criança. (Abrapia, 1997; CRAMI, 2000; A REDE, s/d;).

Violência física: é o uso da força física de forma intencional, não-acidental, por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou o adolescente). Normalmente, esses agentes são os próprios pais ou responsáveis que muitas vezes machucam a criança ou adolescente sem a intenção de fazê-lo. A violência física pode deixar ou não marcas evidentes e nos casos extremos pode causar a morte. (CLAVES, ; A REDE, s/d; Abrapia, 1997)

Violência Sexual: consiste não só numa violação à liberdade sexual do outro, mas também numa violação dos direitos humanos da criança e do adolescente. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada. Quando cometida contra a criança, constitui crime ainda mais grave. Pode ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar, e exploração comercial sexual.

Abuso sexual contra crianças e adolescentes

Abuso sexual é descrito como toda a situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas. O uso do poder, pela assimetria entre abusador e abusado, é o que mais caracteriza esta situação. O abusador "se aproveita do fato da criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento. A criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir o seu consentimento" (Abrapia, 2002).



Abuso sexual intrafamiliar

Também chamado abuso intrafamiliar incestuoso. É qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não) ou relação de responsabilidade (Cohen, 1993; Abrapia, 2002).

Na maioria dos casos, o autor da agressão é uma pessoa que a criança conhece, ama ou em quem confia. O abusador quase sempre possui uma relação de parentesco com a vítima e tem certo poder sobre ela, tanto do ponto de vista hierárquico e econômico (pai, mãe, padrasto), como do ponto de vista afetivo (avós, tios, primos e irmãos).

Nem toda relação incestuosa é abuso sexual, por exemplo, quando se realiza entre adultos da mesma idade e mesma família sem o emprego de força física ou coerção emocional e psicológica. Mas a relação incestuosa com uma criança ou adolescente é considerado abuso sexual, mesmo quando ocorre sem uso de força física.

Nem todo abuso sexual é considerado violência doméstica ou relação incestogênica. Há várias outras formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes por outras pessoas que não são membros da família.

Abuso sexual extrafamiliar

É um tipo de abuso sexual que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui, o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinhos ou amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos e psicanalistas, padres e pastores. Eventualmente, o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida. Os exemplos são os casos de estupros em locais públicos.

Abuso sexual em instituições de atendimento à criança e ao adolescente

É uma modalidade de abuso similar aos tipos já mencionados. Ocorre dentro das instituições governamentais e não governamentais encarregadas de prover, proteger, defender, cuidar deles e lhes aplicar medidas sócio-educativas e que dispensem atendimento psicossocial, educacional, saúde e outros espaços de socialização.

Pode ocorrer entre as próprias crianças/adolescentes ou entre crianças/adolescentes e profissionais da instituição. Quando ocorre entre as próprias crianças e adolescentes, os recém-chegados são forçados a se submeterem sexualmente a grupos de adolescentes mais velhos e antigos na instituição e que dominam o território e o poder local.

No caso da prática sexual entre funcionários e internos, a violência sexual aparece não como uma atividade de prazer, mas como uma atividade





do poder instituído, que submete a vítima aos caprichos de quem detém o poder. Desse modo, são reproduzidas as relações de poder e dominação existentes na sociedade.

Lembramos mais uma vez que a exploração comercial sexual compõe o espectro da violência sexual contra crianças e adolescentes e será tratada em capítulo a parte.

Formas da violência sexual

O abuso sexual intra e/ou extrafamiliar pode se expressar de diversas formas:

1) Abuso sexual sem contato físico

São práticas sexuais que não envolvem contato físico:

O **assédio sexual** caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantegeada e ameaçada pelo autor da agressão.

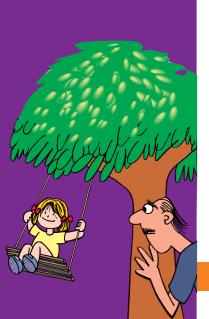
O abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los (Abrapia, 2002).

Os **telefonemas obscenos** são também uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino. Podem gerar muita ansiedade na criança, no adolescente e na família (Abrapia, 2002).

O **exibicionismo** é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar diante da criança ou do adolescente ou no campo de visão deles. A experiência, contudo, pode ser assustadora para algumas crianças e adolescentes (Abrapia, 2002).

O voyeurismo é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, quando elas não desejam serem vistas e obter satisfação com essa prática. A experiência pode perturbar e assustar a criança e o adolescente (Abrapia, 2002). Nas relações sexuais entre adultos, o voyeurismo pode ser uma pratica sexual consentida.

A **pornografia.** Essa forma de abuso pode também ser enquadrada como exploração sexual comercial, uma vez que, na maioria dos casos, o objetivo da exposição da criança ou do adolescente é a obtenção de lucro financeiro. Vide descrição no capítulo sobre exploração sexual.





2) Abuso sexual com contato físico

São atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Podem ser tipificados em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro. Favor consultar no Capítulo X os conceitos jurídicos.

Causas do Abuso e da Violência Sexual

A visão de crianças como seres puros e inocentes não ajuda muito no combate à violência sexual. Ter desejo sexual é inerente à espécie humana. É responsabilidade do adulto estabelecer a fronteira entre afeto e sexo, respeitando o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente.

O abuso sexual é um fenômeno complexo e suas causas são multifatoriais. É preciso estudar os diversos fatores e como eles se combinam em certos indivíduos, grupos sociais e culturais e, em certos momentos históricos, as causas dessa violência.

Aspectos culturais

Ressaltaremos aqui dois pilares explicativos da violência sexual intra e extrafamiliar: o incesto e a pedofilia.

Incesto

Incesto é a relação sexual e/ou amorosa entre pessoas de mesmo sangue, principalmente naqueles casos em que o matrimônio é proibido por lei. Vem acontecendo em praticamente todas as sociedades e culturas desde a antiguidade até a modernidade.

Do ponto de vista legal, a sociedade brasileira criminaliza a prática do incesto. Segundo a interpretação do Código Penal, o incesto praticado por adultos contra crianças abaixo de 14 anos é considerado violência sexual, independente de ser empregada a força física. Por outro lado, o Código Civil proibe casamento entre parentes de primeiro grau (pais e fillhos, irmãos e irmãs).

A proibição social e/ou legal do incesto existe praticamente em todas as culturas e sociedades. Essa interdição transformou a prática do incesto em um tabu, o que o torna tema controverso, obstando uma abordagem mais isenta de valores de julgamento morais.

Não se sabe precisar a origem ou a causa da proibição do incesto. Entre as várias teorias, a mais difundida é da biologia populacional que afirma que a proibição do incesto foi instituída para evitar o enfraquecimento de certas linhagens genéticas ameaçadas de desapecimento, devido aos casamentos entre consangüineos. A versão popular dessa teoria é que as crianças nascidas de relação entre pessoas do mesmo sangue têm mais propensão a defeitos físicos (genéticos).

O incesto pode ser visto tanto como uma psicopatologia quanto como uma questão de diferença cultural relativa a concepções de infância e família.



A pedofilia se define pela atração erótica por crianças.

responsabilidade em estabelecer a fronteira entre afeto e sexo é do adulto. Esta crença, todavia, carece de comprovação. Os argumentos dessa controvérsia foram desmitificados pela ciência moderna. Gobbetti e Cohen ratificam essa posição, afirmando que se é verdade que a procriação entre pessoas do mesmo sangue diminui a variabilidade dos gens, possibilitando o repasse de doenças hereditárias, por outro lado, repassa também os traços benéficos (2001, p. 64). Existem muitos exemplos na história de reinados que mantiveram sua linhagem ou trono, durante várias gerações, devido a casamento entre irmãos. Os incas, no Peru, são um exemplo. Há também muitos exemplos de casamentos entre primos e primas nas sociedades ocidentais contemporâneas.

O que sobressai nessa discussão é a força do tabu do incesto dada pelo seu significado no imaginário social: seu relacionamento com o próprio instinto de preservação da espécie, com medo de os homens deixarem de existir.

O incesto pode ser visto tanto como uma psicopatologia quanto como uma questão de diferença cultural de concepções de infância e família. Para muitos, a idéia do incesto evoca tanto horror que terminam por acreditar que os casos de psicopatologias existentes representam a totalidade dos casos.

Mas, em muitos casos, as pessoas que praticam o incesto, mesmo sabendo da sua interdição, têm diferente visão cultural do fato. Dependendo de onde foram colhidos os dados ou números da amostra, a maior recorrência do incesto pode ser entre pai-filha, ou padastro-filha, ou ainda irmão-irmã (sobretudo quando são meio-irmãos ou irmãos não consanguíneos). Depois desse grupo, vêm avós e tios. Existem poucos registros de incesto mãe-filho ou entre avós-netos. Contudo, estudiosos alertam para não se interpretar a falta de registro como ausência do fenômeno, isto pode ser explicado pela resistência cultural na admissão do incesto perpretado por mães. Assim, considerando que, na imensa maioria dos casos, a relação incestuosa é iniciada por pessoas do sexo masculino, muitos estudiosos circunscrevem o incesto a uma discussão mais ampla da supremacia da sexualidade masculina nas sociedades modernas.

Normalmente, as famílias nas quais essas ocorrências são registradas compõem estruturas muito fechadas, em que seus componentes têm pouco contato social. Possuem uma hierarquia rígida, em que a obediência à autoridade masculina é incontestável. A distribuição dos papéis entre pais e filhos tende a ter perfil mais tradicional, principalmente quando a menina assume funções características da mãe (cuidar de afazeres domésticos e de irmãos menores). O padrão de relacionamento não deixa claro as regras de convivência. A comunicação não é aberta e as demonstrações de afeto, quando existem, tendem a ser misturadas com doses de erotismo (Azevedo e Guerra, 1998).

Essas características da chamada família incestogênica levaram pesquisadores da área da antropologia a levantar a hipótese de que esses autores de agressão não possuem o conceito moderno de infância ou ainda adotam a visão de "criança como propriedade dos pais." Ou seja, por alguma razão, eles não possuem elementos ideológicos que formam o controle da vazão da fantasia ou do desejo sexual por crianças e adolescentes. Ou, ainda, acreditam que, pelo fato de os filhos serem propriedade dos pais, podem fazer deles o que bem entendem. O exemplo disso é aquele pai que diz que vai ser o primeiro a ter relações sexuais com a filha, "antes que outro macho" o faça. Ainda que a ênfase dada aqui seja a prática de incesto entre pais e filhos, essas caracteristicas de família isolada têm sido apontadas também para explicar as manifestações incestuosas entre irmãos.



Quando o incesto é cometido pelo padrasto ou namorado da mãe, a falta de vinculação biológica com a criança e adolescente tem papel fundamental na explicação. A inexistência de relação de consangüinidade entre ele e a menina ou adolescente enteada deixa de oferecer, para alguns homens, a barreira cultural que impede a relação sexual entre pai e filha, por exemplo. Nem sempre a proibição de relações de cunho amoroso-sexual é dirigida exclusivamente a pessoas do mesmo sangue. Em tribos africanas, a proibição é extensiva a parceiras não-aparentadas (Nathan, 1997: 19). Atualmente, considerando as transformações ocorridas na estrutura da família, sobretudo o aumento do número de famílias recasadas ou recombinadas, muitos estudiosos (Finkelhor, 1979) entendem que essa noção de incesto deve ser estendida também a pessoas com quem a criança e o adolescente desenvolve relação de "parentesco ou vínculo afetivo".

Pedofilia

A pedofilia tornou-se tema bastante comentado nos últimos anos, nos meios de comunicação, por especialistas da área da criança e do adolescente e outros profissionais preocupados com o comportamento humano. Isso se deve ao fato da grande visibilidade de situações de pedofilia, associadas principalmente à pornografia na Internet, aos vários casos dessa natureza envolvendo padres da Igreja Católica. A operação chamada Catedral denunciou e puniu o envolvimento de padres, educadores e indivíduos de classe média de países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Polônia, Alemanha, Áustria, Bélgica. No Brasil, o tema foi pautado por evidentes ocorrências de abuso sexual contra crianças envolvendo médicos, padres, educadores, síndicos e empregados de condomínios, entre outros profissionais.

O conceito médico de pedofilia aponta para uma disfunção sexual. É um tipo de parafilia, na qual o indivíduo só sente prazer com determinado objeto. Pode relacionar-se com outros objetos de prazer, mas sua energia libidinal está diretamente voltada para um único objeto, do qual não consegue desvencilhar-se. Há outros exemplos de parafilias como necrofilia (atividades sexuais com cadáver), zoofilia (com animais), hebefilia (com adolescentes). Para alguns, a pedofilia é uma psicopatologia, perversão sexual com caráter compulsivo e obsessivo. O pedófilo é chamado agressor sexual preferencial. Há, contudo, posições contrárias a essa visão. Grupos internacionais de pedófilos vêm-se organizando em associações e redes que se multiplicam por todos os cantos do mundo, principalmente com o advento da internet. Eles não concordam com as bases morais e legais que proíbem relações sexuais entre adultos e crianças ou adolescentes. Defendem que o relacionamento sexual entre adultos e crianças é uma opção sexual e um direito. Alegam que suas atividades baseiam-se em sentimentos naturais e inofensivos. Às vezes, esses grupos reivindicam a alteração de leis vigentes, particularmente nos Estados Unidos.

O conceito social de pedofilia define-se pela atração erótica por crianças. Essa atração pode ser elaborada no terreno da fantasia ou se materializar em atos sexuais com meninos ou meninas. Nesse aspecto, há muitos pedófilos pelo mundo que não cometem violência sexual, satisfazem-se sexualmente com fotos de revistas ou imagens despretensiosa de crianças, mas que geram neles intenso desejo sexual. Atuam na fantasia e, muitas vezes, não têm coragem de pôr em ato seu real desejo. Não podemos dizer, portanto, que todo pedófilo seja um agressor sexual e o inverso também não é verdadeiro.





Estudos vêm apontando que o indivíduo adepto da pedofilia e ou da e/ou prática de pedofilia é indivíduo aparentemente normal, inserido na sociedade. Muitos têm atividades sexuais normais com adultos, não têm fixação erótica única por crianças, mas são fixados no sexo. O desejo, portanto, independe do objeto. Costuma ser "pessoa acima de qualquer suspeita" aos olhos da sociedade, o que facilita sua atuação. Geralmente, não pratica atos de violência física contra a criança. Age de forma sedutora, conquistando a confiança da criança.

Segundo Furniss, não se pode considerar a pedofilia um tipo de personalidade, mas há fatores de risco, em que o ambiente é preponderante. A pedofilia pode ser sintoma de um indivíduo inseguro e impotente. Normalmente, esse indivíduo imagina-se criança, projetando essa fantasia nas crianças reais do mundo externo e busca tratá-las como gostaria de ser tratado. Dessa forma, quando abusa sexualmente de uma criança ele se vê como criança, diminuindo a culpa de seu ato.

O que parece existir de comum entre um indivíduo que pratica o incesto e outro que pratica a pedofilia é o seguinte:

- O pedófilo pode também cometer atos de incesto. Além disso, pode ser cliente de prostituição infanto-juvenil e de produtos da pornografia infanto-juvenil.
- Muitos desses indivíduos sofreram violência sexual quando crianças. Meninos que não sofreram, mas cujas irmãs sofreram, podem tornar-se agressores por identificação.
- A relação de poder e dominação é um forte motor desses atos, mesmo que utilizem a sexualidade da criança muito mais como uma gratificação compensatória de sentimento de impotência e baixa estima do que como gratificação sexual.
 - Outra dimensão cultural é o fato de pais, parentes e padrastos incestuosos e pedófílos compartilharem uma série de crenças da nossa cultura adultocêntrica e certamente machista, como:
 - O desvirginamento de uma mulher é "prato" altamente cobiçado e sua conquista é generosamente celebrada no mundo da auto-afirmação da masculinidade;
 - Fazer sexo com adolescentes ocupa o topo da hierarquia das preferências sexuais de algumas pessoas. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, porque as jovens têm propriedades

físicas e químicas que tornam o sexo mais prazeroso – por exemplo, possuem vagina ou ânus mais apertados e, por isso mesmo, produzem mais prazer. Segundo, pela satisfação simbólica de manter o vigor sexual da juventude, perdido na maturidade e na velhice ou pelo desejo de se eternizar num corpo jovem. Nesse caso, a filha ou enteada representa dupla vantagem: tem qualidades que lembram as da esposa/namorada e ainda é jovem.

Aspectos de saúde mental

Aspectos de saúde mental podem vir associados com aspectos culturais acima mencionados. Os casos de incesto e pedofilia podem também ser praticados por pessoas portadoras de deficiência mental ou contra pessoas portadoras de deficiência física e mental.





Normalmente, os casos de incesto e pedofilia não ocorrem com emprego da força física ou atos de crueldade que concebemos como violência. Mas, casos de pedófilos que assassinam crianças estarrecem e mobilizam populações em diversas partes do mundo.

O uso da violência e crueldade para a obtenção do objeto do desejo sexual deve, contudo, ser analisado, simultaneamente, de forma separada e conectada com incesto e/ou pedofilia. É mais característico dos casos de estupro. No incesto e na pedofilia, a violência e a crueldade estão associadas a muitos fatores:

- Reação da criança e do adolescente agredidos ao serem submetidos ao desejo do agressor ou diante de sua ameaça de denunciar a situação;
- Abuso de substâncias como álcool e outras drogas lícitas e ilícitas por parte do autor da agressão. Essas substâncias podem flexibilizar temporariamente o controle dos impulsos agressivos. Ou ainda, em casos crônicos, podem afetar o sistema neurológico dos indivíduos;
- Doenças mentais que afetam o controle ou geram a falta de culpa em atos violentos.
- Preferências sexuais ligadas ao uso da "violência", como o sadomasoquismo.

Aspectos jurídico-legais

A existência e a persistência do abuso sexual não têm só a ver com os atos dos autores da agressão contra as vítimas, mas também com a capacidade normatizadora, controladora e fiscalizadora da sociedade, ou seja, a sociedade, por meio de instituições do Legislativo, Executivo e Judiciário, tem o poder de regular quais práticas sexuais são legais e ilegais e quais modalidades são consideradas violência e crime. Tem também o poder de exigir e fiscalizar o cumprimento da lei e estabelecer medidas para corrigir as transgressões e violações dessas leis e normas sociais. Os cidadãos participam desse processo elegendo seus representantes, pagando impostos, reivindicando o cumprimento das leis estabelecidas e ajudando a implementar políticas e programas sociais.

Assim, por mais que alguns pais ou padrastos desejem sexualmente seus filhos ou enteados ou que grupos de pedófilos expressem o direito de desejar crianças e adolescentes, a sociedade reconhece - por meio de suas leis e normas - que as crianças e adolescentes são sujeitos em condições peculiares de desenvolvimento. Além disso, leis e normas sociais criminalizam avanços sexuais contra adolescentes (particularmente menores de 14 anos) por adolescentes mais velhos ou adultos. Há um poder desigual entre adultos e crianças. Os adultos têm a hegemonia desse poder. Por isso mesmo, o adulto deve respeitar e proteger as crianças e adolescentes, saber lidar com o desejo deles e se responsabilizar pelas transgressões das leis.

Precisa ainda ser dito que o adulto, quando induz a criança a se submeter ao seus desejos incestogênicos e pedófílos, quebra o padrão considerado "normal" de socialização de crianças e adolescentes. Mesmo que se possa questionar o que seja "normal" e a própria desigualdade dessa normalidade, o padrão tem valor normativo maior do que a lei em si mesma. Sua quebra pode marcar a criança, estigmatizá-la e apartá-la da sociedade pelo resto da vida, se a ela não for dado apoio apropriado.





É verdade que a violência sexual ocorre em todas as classes sociais, mas é também verdade que a sociedade brasileira trata desigualmente agressores e vítimas A existência de leis apropriadas e claras contra o abuso sexual, acompanhadas de campanhas educativas, representa um reforço do cumprimento rigoroso das leis e punição exemplar dos transgressores, podendo romper o ciclo de impunidade que impera nessa área.

Há muitas dificuldades inerentes ao processo de notificação dos casos de abuso às autoridades competentes e de funcionamento do sistema de garantias de direitos. Este guia poderá ajudar as escolas que ainda não encontraram o caminho da notificação social. É sempre válido, porém, lembrar que a aplicação de leis por si mesma não é suficiente, é preciso educar a população. Educar é a melhor prevenção.

Aspectos político-sociais

A fragilidade de políticas públicas na área social é fator crucial para a existência e persistência da violência sexual. As campanhas educativas e as políticas de prevenção e mobilização visam realizar a chamada prevenção primária. Já o aperfeiçoamento do sistema de garantias contribui para que se concretizem ações de prevenção secundária. A implantação de serviços - tanto para crianças e adolescentes abusados como para os autores da agressão - é essencial ao desenvolvimento da prevenção terciária.

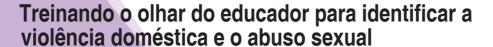
Aspectos econômicos

Há muito vem sendo rejeitada a associação mecânica entre pobreza e violência sexual - tanto pela sua insuficiência explicativa quanto pelo seu potencial estigmatizante dos segmentos populares da sociedade. A implicação e o papel dos aspectos econômicos no abuso sexual devem ser mais bem-esclarecidos.

É verdade que a violência sexual ocorre em todas as classes sociais, mas é também verdade que a sociedade brasileira trata desigualmente autores da agressão e vítimas de acordo com a classe social, etnia (raça/cor), gênero e faixa etária e afeta com mais intensidade meninas entre 7 a 14 anos, negras e pardas das camadas populares do que outras crianças e adolescentes.

Mães pobres têm menos condições de cuidar diariamente de seus filhos (geralmente por trabalhar fora e não contar com uma rede de apoio). Têm também menos informação sobre como abordar temas relativos à sexualidade com crianças e têm um grau de dependência maior da contribuição financeira do companheiro para compor o orçamento doméstico - fator fundamental para explicar a falta de notificação por parte da família, nos casos em que o pai ou padrasto é o autor da agressão - do que suas correlatas nas classes médias e altas.

O sistema de garantias de direitos também é permeado por esses valores e acabam reproduzindo as discriminações mencionadas. As crianças podem ser transformadas em rés ao invés de pessoas que sofrem o abuso; o autor da agressão, do sexo masculino, pode ser liberado de suas responsabilizações por causa da cumplicidade de gênero. Os agressores de classe média podem ter maior imunidade que os de segmentos populares, tanto na apuração quanto na apenação.



As crianças e adolescentes "avisam" de diversas maneiras, quase sempre não verbais, as situações de maus-tratos e abuso sexual. Reunimos os principais sinais da ocorrência de abuso para ajudar o educador a "enxergar" essa situação e "agir" sobre ela. Contudo, é importante lembrar que as evidências de ocorrência de violência sexual são compostas não só por um, mas por um conjunto de indicadores apresentados pela criança e listados abaixo.

Se o educador desconfia que uma criança está sofrendo violência sexual, mesmo que seja apenas suspeita, deve conferir. Em caso de indecisão, peça a opinião de seus colegas de trabalho. Lembre-se sempre, porém, de proteger a identidade da criança.

Na segunda parte deste Guia damos uma série de sugestões sobre como abordar a criança, a fim de verificar o que está acontecendo com ela. Se o educador preferir, pode também discutir suas opiniões e ações com profissionais de outras áreas como médicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais.

É importante ressaltar que a presença isolada de um dos indicadores não é significativa para a interpretação da presença de violência sexual contra crianças e adolescentes. Bom conhecimento dos principais características das diferentes fases do desenvolvimento infantil ajuda a esclarecer se o comportamento da criança/adolescente é indicativo de violência sexual.

VIOLÊNCIA FÍSICA

Indicadores físicos da Criança/ Adolescente

Presença de lesões físicas,

que não se ajustam à causa alegada; ocultamento de lesões antigas; hematomas e queimaduras em diferentes estágios de cicatrização; contusões corporais em partes do corpo, que geralmente não sofrem

com quedas habituais.

Indicadores Comportamentais da Criança/Adolescente

Tem medo dos pais e/ou responsáveis; alega causas pouco viáveis às lesões: fugas do lar; baixa auto-estima. considerando-se merecedor das punicões: diz ter sofrido violênciafísica; comportamento agressivo com colegas; desconfia de contato com adultos: está sempre alerta, esperando que algo ruim aconteça.

Características da família

Oculta as lesões da criança ou as justifica de form não convincente e contraditória: descreve a criança como má e merecedora de punições; culpa a criança pelos problemas no lar; acredita no disciplinamento severo como forma de educar: tem expectativas irreais sobre a capacidade da criança, exigindo-a em demasia; autorizam o professor a castigar fisicamente a criança.







VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Indicadores físicos da Criança/ Adolescente

Problemas de saúde sem causa orgânica: distúrbios de fala, distúrbios do sono, afecções cutâneas, disfunções físicas em geral

Obs.: por se tratar de violência que fere o psiquismo e não a integridade física da criança, as seqüelas são preponderantemente emocionais. Quando há indicadores físicos, estes são resultantes de um quadro de psicossomatização.

Indicadores Comportamentais da Criança/Adolescente

Isolamento social;
carência afetiva;
baixo conceito de si próprio;
regressão a comportamentos
infantis (também pode ser
indicador de outros problemas
emocionais, que não a
violência);
submissão e apatia;
dificuldades e problemas
escolares, mas sem limitações
cognitivas e intelectuais;
tendência suicida;

Características da família

Não há afetividade na relação entre pais e filhos; não há afetividade na relação entre pais e filhos; deprecia a criança, referindo-se a ela de forma negativa e com críticas; tem expectativas irreais sobre a capacidade da criança, exigindo-a em demasia; muitas vezes, existe abuso de álcool ou drogas; ameaça, aterroriza ou ignora a criança.

NEGLIGÊNCIA / ABANDONO

Indicadores físicos da Criança/ Adolescente

Padrão de crescimento deficiente: vestimenta inadequada ao clima: necessidades não atendidas, como higiene, alimentação, educação (evasão escolar), saúde (vacinas atrasadas,etc.); fadiga constante; criança sofre frequentemente acidentes (pela falta de cuidados por parte de um adulto): pouca atividade motora (falta de estimulação).

CRAMI - ABCD

Comportamento da Criança/ Adolescente

Criança desenvolve atividades impróprias para a idade: é responsável pelos serviços domésticos, cuidados com irmãos menores, etc. (é comum a criança ser considerada madura e "precoce", mas o fato é que está assumindo responsabilidades de adulto); isolamento social; carência afetiva; falta de concentração e atenção devido a fadiga e necessidades não atendidas.

Características da família

Falta de acompanhamento escolar pelos pais e/ou responsáveis: ausência de reuniões escolares e atrasos constantes; falta de acompanhamento médico; apática e passiva; abuso de álcool ou drogas; não percebe as necessidades físicas e afetivas da criança; descuido com a própria higiene e aparência pessoal.





Abuso Sexual

Indicadores na Conduta da Criança/Adolescente Sinais corporais ou provas materiais

- Enfermidades psicossomáticas, que são uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica aparente, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundo psicológico e emocional.
- Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs, incluindo aids), diagnosticadas em coceira na área genital, infecções urinárias, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas e cólicas intestinais.
- Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorréia na garganta (amídalas) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral).
- Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar, inclusive, dificuldade de caminhar e sentar.
- Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados ou hiperemiados.
- Baixo controle dos esfíncteres, constipação ou incontinência fecal.
- Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa.
- Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue.
- Gravidez precoce ou aborto.
- Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade do agressor.
- Traumatismo físico ou lesões corporais, por uso de violência física.

Sinais no comportamento ou provas imateriais

Comportamento/sentimento

- Medo ou mesmo pânico de certa pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando a criança é deixada sozinha em algum lugar com alguém.
- Medo do escuro ou de lugares fechados.
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento, como oscilações no humor entre retraída e extrovertida.
- Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade.
- Regressão a comportamentos infantis, como choro excessivo sem causa aparente, enurese, chupar dedos.
- Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica. Fraco controle de impulsos e comportamento autodestrutivo ou suicida.

As crianças e adolescentes "avisam" de diversas maneiras, quase sempre não verbais, as situações de maus-tratos e abuso sexual.



- Baixo nível de auto-estima e excessiva preocupação em agradar os outros.
- Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas.
- Culpa e autoflagelação.
- Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, fadiga.
- Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e um dos pais não incestuoso.
- Alguns podem ter transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla.

Sexualidade

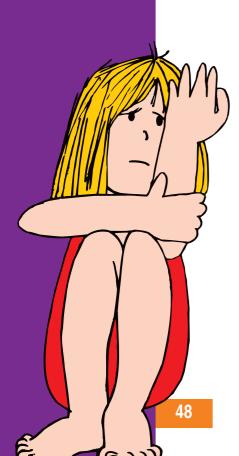
- Interesse ou conhecimento súbitos e não usuais sobre questões sexuais.
- Expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriado para uma criança.
- Desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos.
- Masturbar-se compulsivamente.
- Relato de avanços sexuais por parentes, responsáveis ou outros adultos.
- Desenhar órgãos genitais com detalhes e características além de sua capacidade etária.

Hábitos, cuidados corporais e higiênicos

- Abandono de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias, ainda que temporariamente.
- Mudança de hábito alimentar perda de apetite (anorexia) ou excesso alimentação (obesidade).
- Padrão de sono perturbado por pesadelos freqüentes, agitação noturna, gritos, suores, provocados pelo terror de adormecer e sofrer abuso.
- Aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupa
- Resistência em participar de atividades físicas.
- Freqüentes fugas de casa.
- Prática de delitos.
- Envolvimento em prostituição infanto-juvenil.
- Uso e abuso de substâncias como álcool, drogas lícitas e ilícitas.

Freqüência e desempenho escolar

- Assiduidade e pontualidade exageradas, quando ainda freqüenta a escola. Chega cedo e sai tarde da escola, demonstra pouco interesse ou mesmo resistência em voltar para casa após a aula.
- Queda injustificada na frequência escolar.
- Dificuldade de concentração e aprendizagem resultando em baixo rendimento escolar.
- Não participação ou pouca participação nas atividades escolares.





O surgimento de objetos pessoais, brinquedos, dinheiro e outros bens, que estão além das possibilidades financeiras da criança/adolescente e da família, pode ser indicador de favorecimento e/ou aliciamento. Se isso ocorre com várias crianças da mesma sala ou série pode indicar ação de algum pedófilo na região.

Relacionamento social

- Tendência ao isolamento social com poucas relações com colegas e companheiros.
- Relacionamento entre crianças e adultos com ares de segredo e exclusão dos demais.
- Dificuldade de confiar nas pessoas à sua volta.
- Fuga de contato físico.

Indicadores na Conduta dos Pais ou Responsáveis

- As famílias incestuosas tendem a ser quietas, relacionam-se pouco. Os pais são autoritários e as mães, submissas.
- O autor do abuso tende a ser extremamente protetor, zeloso da criança e/ou adolescente ou possessivo com a criança/adolescente, negando-lhe contatos sociais normais. Lembre-se, porém, de que manifestar carinho para com filhos é importante para um crescimento saudável.
- O autor do abuso pode ser sedutor, insinuante, especialmente com crianças e/ou adolescentes.
- O autor do abuso crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar.
- O autor do abuso pode acusar a criança de promiscuidade ou sedução sexual ou ainda acreditar que ela tem atividade sexual fora de casa.
- O autor do abuso pode contar histórias, referindo-se a outro autor da agressão a fim de proteger um membro da família.
- É freqüente o autor da agressão ter sofrido esse tipo de abuso na infância (físico, sexual, emocional).
- Membros da família fazem uso de substâncias como álcool, outras drogas lícitas ou ilícitas.

É importante afirmar que nem todas as famílias com esse perfil cometem incesto. É preciso, portanto, tomar cuidado para não tirar conclusões precipitadas, que possam estigmatizar ainda mais esse tipo de família. Lembre-se de que pessoas que praticam violência sexual contra crianças precisam ser responsabilizadas por seus atos, mas elas também precisam de ajuda para não repeti-los e aprender a respeitar a criança e o adolescente.



A escola pode desenvolver um projeto políticopedagógico inclusivo e respeitoso da diversidade e criar um ambiente que leve as crianças e os adolescentes a desenvolverem um bom nível de estima própria e relações de amizade com companheiros.

Características Especiais Dos Maus Tratos Em Paciêntes Portadores De Deficiência, De Doença Crônica Ou Dependentes De Tecnologia

MANUAL DE ACIDENTES E VIOLENCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA

O abuso sexual pode apresentar-se de forma diferenciada em crianças e adolescentes portadores de deficiências, cuja situação é de extremo risco, por estarem `a mercê de seus responsáveis ou cuidadores e, na maioria dos casos, têm pouca credibilidade quanto à sua queixa.

Sinais de alerta

Quadro I

- Portadores de limitações físicas e maus-tratos
- Responsáveis demonstrando desinteresse pelo quadro evolutivo da criança
- Falta de acompanhamento adequado às medidas rotineiras de saúde, como vacinação e tratamentos instituídos
- Criança com quadro de desnutrição desproporcionalmente mais sério que o justificado pela dificuldade motora e ou pelo padrão da família
- Vestimenta inadequada ou inferior aos padrões apresentados pelos pais
- Atraso progressivo na aquisição da fala e do DPM, não compatível com o nível de gravidade da patologia básica.

Quadro II Deficiência visual e maus-tratos

- Falta de interesse dos responsáveis ou de própria criança ou adolescente pelas possibilidades de reabilitação.
- Manutenção de ambiente impróprio ou inadequado, impossibilitando a adaptação às atividades de vida normal.
- Submissão em condições injustificadas de extrema dependência.
- Maior incidência de doenças, nem sempre de fácil diagnóstico ou de causa obscura.
- Manutenção da criança maior ou adolescente como dependentes para locomoção, mesmo havendo possibilidades de cadeiras de roda ou outros apoios.



Portadores de deficiência auditiva

A deficiência auditiva, se precocemente diagnosticada e encaminhada para tratamento e reabilitação, permite condição de vida bastante adequada. Como a linguagem tem papel fundamental na evolução da personalidade de todas as crianças, o deficiente auditivo precisa de importante suporte emocional para desenvolver todas as suas habilidades. O diagnóstico diferencial frente a distúrbios emocionais do deficiente auditivo deve afastar essas causas próprias da deficiência e o de maus-tratos pode manifestar-se sempre que as surgirem:

Quadro III Deficiente auditivo e maus-tratos

- Alterações alimentares não justificadas pela patologia de base
- Desinteresse dos responsáveis pelos meios de reabilitação existentes
- Limitações excessivas das atividades diárias, em especial ligadas ao lazer, em relação à deficiência, muitas vezes sob a desculpa de proteção
- Atraso de desenvolvimento psicomotor progressivo, não compatível com a doença de base
- Agressividade ou passividade exagerada, muitas vezes dirigida para pessoas do sexo ou que desempenhem frente `a vitima o mesmo papel do autor do abuso

Deficiente Mental e Abuso Sexual

Tanto meninas como meninos, os portadores de deficiência mental são presas fáceis do autor do abuso sexual, que se vale dos laços de confiança facilmente criados, da inocência e falta de educação sexual (habitualmente são tratados pelos pais como assexuados), da possibilidade do silêncio, tendo em vista a acentuada credulidade da vítima a ameaças juntamente com o possível descrédito de denúncia vinda dessas crianças ou adolescentes, para mantê-los indefinidamente como objetos de gratificação sexual.

Quando a criança é muito pequena, na maioria das vezes, não consegue entender o assédio do autor do abuso, nem encontrar meios de denúncia ou proteção. A violência sexual reiterada muitas vezes só é descoberta com o surgimento de uma gravidez. Mesmo nessas situações, o autor da agressão pode criar um estado de confusão mental que induz o portador de deficiência a identificar outras pessoas como seus agressores. Habitualmente, essa identificação não é constante e varia com nomes e descrições, como instruído pelo autor do abuso, o que faz com que tenha maior descrédito em suas denúncias, como se ela ou ele portador de deficiência mental é que tivessem distúrbio comportamental associado a uma busca obsessiva de atividade sexual.





Considera-se como de maior risco para o abuso sexual o companheiro da mãe, em seguida pai, tios, avôs, tias, avós, irmãos e parentes próximos, tanto do sexo masculino como feminino.

Há que se pensar em abuso sexual no portador de deficiência mental, além dos sinais comuns a todas as crianças e adolescentes, sempre que:

Quadro IV Deficiência Mental e Abuso Sexual

- Apresenta extrema resistência à higiene, a troca de fraldas, de roupas, ou durante o banho.
- Foge, ou tem medo exagerado, da presença de pessoas de determinado sexo ou de determinada pessoa.
- Apresenta piora progressiva de seu desempenho intelectual.
- Exibe comportamento sexual adiantado para sua idade física e, principalmente, mental.

As Consequências do Abuso Sexual

Crianças e adolescentes abusados podem reagir ou experienciar a violência sexual de várias maneiras:

Alguns fingem não ser eles e tentam ver o abuso a distância;

Outros tentam entrar em estado alterado de consciência, como se estivessem dormindo e imaginam o abuso como um sonho;

Outra maneira é dissociar o corpo dos sentimentos. Alguns negam a existência da parte inferior do corpo.

Ajudar, porém, prontamente a criança a enfrentar o abuso sexual sofrido, mas de forma tranquila, séria, cuidadosa, respeitosa, afetiva e competente, pode evitar que as consequências dessa violência arruínem sua vida de criança e de adulto no futuro.

Analisando as conseqüências da violência sexual, de uma forma generalizada, pode-se dizer que os efeitos, em curto prazo, são todos os apontados pelos indicadores de violência no item "treinando o educador...". Além disso, seus efeitos a longo prazo podem ser bastante perversos, como:

Seqüelas dos problemas físicos gerados pela violência sexual. Lesões, ematomas, DSTs podem interferir na capacidade reprodutiva. As gestações podem ser problemáticas, aparecendo complicações orgânicas cujas causas podem ser psicossociais. Esses problemas podem levar a uma



maior morbidade materna e fetal.

Dificuldade de ligação afetiva e amorosa, originada no profundo sentimento de desconfiança do ser humano em geral, por temor de reedição de experiência traumática ou, ainda, por dissociação entre sexo e afeto e gerando sentimentos de baixa auto-estima, sentimento de culpa, depressão prolongada por medo da intimidade.

Dificuldades de manter uma vida sexual saudável. A dificuldade de estabelecer ligações afetivas pode estar associada com a questão da sexualidade ou nela interferindo. As pessoas podem evitar todo e qualquer relacionamento sexual por traumas e/ou fatores fóbicos que bloqueiam o desejo. Podem ainda vivenciar baixa qualidade nas relações sexuais, com incapacidade de atingir o orgasmo ou demorar demais para atingi-lo.

Algumas pessoas podem ter reações opostas: tendência de supersexualizar os relacionamentos sociais, gerada por fatores como incapacidade de distinguir sexo do afeto; confusão entre o amor parental e manifestações sexuais, compulsivo interesse sexual para provar que são amadas e para se sentirem adequadas. Isso pode gerar também trocas sucessivas de parceiros.

Engajamento em trabalho sexual (prostituição). Muitos dos profissionais do sexo foram abusados quando criança. Todavia, não se deve estabelecer nenhuma relação mecânica entre abuso sexual e prostituição. Milhares de crianças abusadas não se tornam trabalhadores do sexo quando adultas. A conexão que muitas trabalhadoras sexuais fazem entre uma coisa e outra é o fato de que, com a experiência de abuso, aprenderam que a única coisa – ou a mais importante -que as pessoas queriam delas era sexo. Oferecendo sexo, experimentam, paradoxalmente certo sentimento de valor, uma forma de mediação e, posteriormente, essa atividade se transforma numa estratégia de sobrevivência.

Viciação em substâncias lícitas e ilícitas. Aqui vale também ressaltar que qualquer associação mecânica entre abuso sexual e uso de drogas mais atrapalha do que ajuda. Apesar disso, algumas pessoas confessam que inicialmente usaram drogas para cuidar de sentimentos, esquecer a dor, a baixa auto-estima e, mais tarde, o uso se tornou um vício incontrolável.

É importante chamar a atenção para o fato de que a violência sexual não produz o mesmo resultado sobre todas as crianças e adolescentes a ela submetidos. Convém considerar que indivíduos ou grupos de indivíduos respondem aos estímulos do meio de forma singular. Estudos atestam (Furniss,1993; Farinatti, 1993) que as conseqüências sobre crianças e adolescentes podem variar segundo:

- a) Idade do início do abuso. Pesquisas afirmam que quanto mais baixa a idade, mais difusos serão os efeitos e, portanto, mais severos.
- b) Duração do abuso. Estudos declaram que quanto mais duradouro e freqüente for o abuso, mais sérios seus efeitos.
- c) Grau de violência ou ameaça de violência. Quanto maior a força empregada ou ameaçada, piores serão os efeitos do abuso sexual, devido à anulação da criança como sujeito.
- d) Diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que o sofreu.
 Há a hipótese de os efeitos serem menores quanto menor for a diferença de idade (esse

Ao se ajudar a criança a enfrentar o abuso sexual sofrido, de forma urgente porém trangüila, séria, cuidadosa, respeitosa, afetiva e competente, pode-se evitar que as conseqüências dessa violência arruínem sua vida de criança e de adulto no futuro.





- ponto pode ser controverso).
- e) Grau de proximidade da pessoa que cometeu o abuso e a criança. Quanto mais próximos, maiores são as conseqüências, como no caso de incesto pai/filha.
- f) Presença e ausência de figuras parentais protetoras ou de outras pessoas que excerçam o papel de parentesco afetivo com a criança. Relações significativas e confiáveis podem ajudar a criança a superar mais rapidamente suas dificuldades.
- g) Grau de sigilo sobre o fato ocorrido. Se mantido em segredo o abuso, a criança terá mais dificuldade em elaborar o ocorrido.
- h) A percepção da criança dos atos sexuais realizados contra elas. Para algumas crianças/adolescentes um simples olhar pode significar uma invasão de sua sexualidade, enquanto outras só percebem esse ato invasivo na medida em que forem beijadas ou tocadas. Não são raros os casos de adultos que relatam ter mantido relações sexuais com irmãos ou pessoas mais velhas como parte das descobertas sexuais.
- i) A existência de serviços, sua organização em rede, e o grau de eficiência e eficácia dessa rede. A agilidade, a qualidade e abrangência da cobertura podem ser decisivas para ajudar tanto as crianças abusadas quanto os agressores na elaboração e superação da experiência vivida.
- j) Como a visão que esses serviços têm sobre o fato ocorrido afeta a própria percepção da criança do que aconteceu. Numa pesquisa comparativa, realizada entre ex-crianças de rua em Nova York e São Paulo (dos Santos, 2002), constatou-se que ex-jovens de rua de NovaYork viveram sua experiência de abuso sexual como terrível trauma que marcou quase definitivamente suas vidas. Em contrapartida, jovens brasileiros a descreveram como uma experiência muito ruim, mas que já a superaram ou estavam lutando para superá-la.

Essa última constatação chama atenção para importância da visão de abuso sexual que está sendo repassada a crianças e adolescentes nos serviços especializados, sobretudo no atendimento educacional, social e psicológico. Visões alarmistas e fatalistas que tendem a exagerar as conseqüências do abuso sexual não ajudam as crianças a superarem essa experiência negativa, além de desestimular as pessoas ajudá-las.

Interpretar a situação vivida ou aprofundar uma sensação de trauma na criança só contribui para aprisioná-la à experiência passada e arruinar sua vida presente.

Contribua para que uma criança ou adolescente que sofreu abuso tenha uma vida saudável no presente e no futuro. Procure passar a visão de que o abuso sexual é uma violação grave dos direitos humanos da criança e do adolescente, mas também que suas conseqüências não são irreversíveis.



Mitos e Realidades Sobre o Abuso Sexual

Mitos

O estranho representa perigo maior para crianças e adolescentes

O autor do abuso sexual é psicopata, tarado que todos reconhecem na rua, depravado sexual, homem mais velho e alcoólatra, homossexual, ou retardado mental

O pedófilo tem características próprias que o identificam

A criança mente e inventa que é abusada sexualmente

Se uma criança ou adolescente "consente" é porque deve ter gostado. Só quando ela disser "não" é que fica caracterizado o abuso

O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente

Realidades

Estranhos são responsáveis por pequeno percentual dos casos registrados. Na maioria das vezes, entre 85% a 90% dos casos, crianças e adolescentes são sexualmente abusados por pessoas que já conhecem,como pai ou mãe, parentes, vizinhos, amigos da família, colegas de escola, babá, professor ou médico (a)

Os crimes sexuais são praticados em todos os níveis socioeconômicos, religiosos e étnicos. Na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e queridas pelas crianças e pelos adolescentes. A maioria dos agressores é heterossexual e mantém relações sexuais com adultos

Do ponto de vista da aparência física, o pedófilo pode ser qualquer pessoa

Raramente a criança mente. Apenas 6% dos casos são fictícios e, nessas situações, trata-se, em geral, de crianças maiores que objetivam alguma vantagem

O autor da agressão sexual tem inteira responsabilidade pela violência sexual, qualquer que seja a forma por ele assumida

O abuso ocorre, com freqüência, dentro ou perto da casa da criança ou do abusador. O abusador, normalmente, procura locais em que a criança/adolescente estará completamente vulnerável. O maior índice das ocorrências tem sido no período diurno